



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE REDENCAO/CE

Processo: 00071236820168060156

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A e COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JULIANO COSTA DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, apresentar

CHAMAMENTO DO FEITO À ORDEM

COM REQUERIMENTO DE DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA

O Autor ingressou com ação judicial requerendo a condenação da Ré ao pagamento da indenização securitária por seguro DPVAT, tendo em vista acidente automobilístico ocorrido em 04/05/2014.

Ocorre Exa., que conforme declaração anexa emitida pelo autor, o mesmo desconhece a assinatura conferida na procuração do presente processo judicial e da presente na declaração de hipossuficiência juntadas aos autos, bem como declara ainda não ter passado por consulta com a Dra. Thayssa de Paula e Silva, emissora de laudo também acostado ao pleito.

CREFITO: 154305-F CPF: 088.818.914-94

RELATÓRIO

Relato para os devidos fins, junto ao CREFITO, Sr. (a):

Juliano Costa de Araujo

Vítima de acidente de trânsito, em 04/05/2014, sofreu:

fratura do fêmur esquerdo com dor crônica moderada, com lesão ligamentar e joelho esquerdo, além de lesão ligamentar, hipotese de menisco, em relação a ocorrência de rompimento em região de acidente e cirurgia.

Ele submeteu-se a tratamento(s):

✓ cirurgia ✓ medicamentosos ✓ fisioterapia

Encontra-se de alta clínica, e apresenta invalidez permanente, com grau de incapacidade funcional irreversível de:

✓ 60%

✓ 30%

MEUROS. COMPLEMENTO QUE NÃO ME RECORDO DE TER COMPLETADO A VENTURA FISIOTERAPÊUTICA DE NOME THAYSSA NA CIDADE DE FORTALEZA.

data: 25 10 2020 Juliano Costa de Araujo

CREFITO 154305-F

Thayssa de Paula e Silva
Fisioterapeuta
CREFITO 154305-F

ISTO, DECLARO QUE NÃO RECONHEÇO A
MINHA ASSINATURA EM DECLARAÇÃO DE
INSUFICIÊNCIA E NA PROCURAÇÃO JUDICIAL
JA QUE AS MESMAS NÃO CONDIZ, DIGO
NÃO SE PARECE COM A MINHA VERDADEIRA
ASSINATURA.

Conforme dispõe o art. 385, NCPC/15, caberá à parte interessada pugnar pela realização da prova de depoimento pessoal, quando não determinada de ofício pelo magistrado.

Deste modo, a parte Ré vem requer a juntada da referida declaração para apreciação do Juízo, bem como requerer o **DEPOIMENTO PESSOAL DA PARTE AUTORA** para confirmação dos fatos narrados acima e demais esclarecimentos necessários, além da **OITIVA DO ADVOGADO DA FISITERAPEUTA MENCIONADA, DRª THAYSA,** para confirmação de eventual atendimento à vítima.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

REDENCAO, 25 de janeiro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/CE 27954-A

FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR
14752 - OAB/CE